

A figura do "doador presumido"

Brasília — Jamil Bittar

Na semana em que a discussão sobre a reeleição tomou conta do Congresso, o Senado foi envolvido por outra polêmica, em torno do projeto que muda o sistema de doação de órgãos no país. Aprovado em plenário por 43 votos contra 21, na quinta-feira, o projeto ainda nem chegou à mesa do presidente Fernando Henrique Cardoso para sanção e já enfrenta um forte lobby para que seja vetado. Formado por parte da classe médica e pela área de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, o lobby tem a simpatia do próprio Ministério da Saúde. O projeto transforma todos os brasileiros em doadores de órgãos, até prova em contrário. Quem não quiser doar seus órgãos terá que deixar a recusa registrada em seus documentos de identidade.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) está no centro da discussão. Ele foi relator do projeto e autor do substitutivo que acabou aprovado pelo Senado. Nesta entrevista ao JORNAL DO BRASIL, Alcântara defende a proposta e diz que não tem a intenção de resolver o problema da falta de órgãos para transplantes, mas dar um passo nessa direção.

Para o senador, quem combate o projeto está criando uma distorção. Ele diz que a proposta não obriga ninguém a doar órgãos, apenas transfere para quem é contra a doação o trabalho de registrar oficialmente sua opção. Pela lei atual, são os doadores que têm de enfrentar a burocracia para registrar em documento a vontade de entregar os órgãos para transplantes. Ele diz que seu projeto "cria o doador presumido, não o doador compulsório". Para tranquilizar os opositores, lembra que o projeto proíbe a retirada de órgãos de cadáveres não identificados, "como mais uma forma de preservar a vontade do cidadão".

Alcântara não aceita o argumento de que o aumento da oferta de órgãos para transplantes será inócua, porque a rede de saúde não tem condições de fazer os transplantes necessários. Para ele, na medida em que se der fim à escassez de órgãos, o Ministério da Saúde e a rede hospitalar terão que se preparar para fazer todos os transplantes necessários.



Mercado negro

Na medida em que se tem uma grande oferta de órgãos, não há porque incorrer em um procedimento ilícito

Máfia de transplantes

Não há um inquérito sequer sobre o assunto. Jamais houve um caso comprovado, mas isso tem o efeito negativo de diminuir a disposição dos doadores

Respeito

Não acredito que um centro de transplantes vá retirar órgãos de um corpo contra a vontade da família. O que vai haver é um mecanismo de convencimento

GUSTAVO KRIEGER

— Por que o projeto provoca tanta polêmica?

— A polêmica se concentrou em um ponto, que é justamente quanto à forma da doação, a condição do doador. Isto é compreensível, porque a mudança é audaciosa. Não é inédita, porque já é adotada em vários estados americanos e em países da Europa, como Portugal e Áustria. Mas, na verdade, ela introduz uma mudança radical, que é muitas vezes avaliada equivocadamente.

— Os opositores do projeto dizem que ele pode favorecer o crime, e que o aumento no número de doadores em potencial pode criar um mercado negro de órgãos.

— Há realmente quem diga que a proposta poderia favorecer procedimentos inescrupulosos, ou ilícitos, ou favorecer o mercado de transplante de órgãos. Vai acontecer o inverso. Sobre isto eu não tenho dúvida nenhuma. Na medida em que você tem uma grande oferta de órgãos, não há porque alguém incorrer em um procedimento ilícito ou criminoso para obter algo que existe em quantidade por meios legítimos. Se nós quisermos racionalizar isto ao absurdo, se houvesse uma quadrilha de roubo de órgãos, ela poderia matar alguém que é doador. Além do mais há a questão da compatibilidade. Ninguém pode garantir que o órgão de fulano vai servir para beltrano. Há uma série de testes científicos que precisam ser feitos e não podem acontecer em uma clínica de fundo de quintal. Para fazer transplantes, há uma série de exigências, tanto de tecnologia quanto de qualificação de pessoal.

— Como seria feita a fiscalização?

— No Brasil há pouco mais de 100 centros de transplantes cadastrados. Não pode ser difícil fiscalizar 100 clínicas. Além disto, o projeto proíbe a retirada de órgãos de cadáveres não identificados. Isto foi incluído com dois objetivos. O primeiro é respeitar a vontade do cidadão. Se não houver como comprovar sua condição de doador, ele não terá órgãos retirados. O segundo objetivo é evitar que alguém seja morto para que seus órgãos sejam retirados.

— O senhor acredita em máfia de transplantes?

— Antes de fazer meu parecer, pedi ao Ministério da Justiça que preparasse um relatório sobre esta suspeita de que existe uma máfia de transplantes de órgãos. Foi feita uma pesquisa com a Polícia Federal e com a Procuradoria da República. Nunca se constatou isto. Não há um inquérito sequer sobre o assunto. Às vezes a imprensa diz que uma criança desapareceu em um shopping center, que teve os órgãos removidos. Nunca houve um caso comprovado, mas isto tem um efeito negativo porque diminui a disposição das pessoas para doar órgãos. Recebi um documento sobre uma investigação que o governo americano fez

no mundo inteiro e que conclui que esta versão não passa de uma lenda urbana.

— O senhor mesmo diz que a desinformação é um dos maiores fatores que levam as pessoas a não querer doar órgãos. São justamente as pessoas mais pobres e menos informadas que terão mais dificuldades em ir a uma repartição pública e formalizar a recusa em doar órgãos. Estas pessoas não terão sua opinião violentada?

— O projeto prevê a realização de campanhas anuais de esclarecimento feitas pelo Ministério da Saúde, não apenas para esclarecer que a forma de doação mudou, mas também para incentivar as pessoas a doar órgãos. Duas pesquisas de opinião, realizadas pelo DataFolha e pelo governo, mostraram que quase 80% dos brasileiros querem doar seus órgãos. E o maior índice de pessoas dispostas a fazer a doação está justamente entre os mais pobres. O problema é que hoje a burocracia afasta o doador, que precisa ir a um órgão público para registrar sua opção. O projeto tem esta característica simplificadora e favorece o altruísmo. Quem quer salvar uma vida, não precisa enfrentar a burocracia. Temos que premiar o altruísmo, não o egoísmo.

— Parte da classe médica combate o projeto dizendo que não adianta aumentar a oferta de órgãos para transplantes porque a rede hospitalar brasileira não tem condições de fazer estes transplantes?

— Eu não sou ingênuo de achar que a lei é mágica, ou que uma lei pode resolver todos os problemas. O fato é que a situação é crítica. O número de transplantes no Brasil está caindo e o número de doadores é muito baixo. Se cria um falso dilema ao dizer que o problema não é a falta de órgãos e sim a falta de estrutura. O problema são as duas coisas. É a falta de órgãos e a má organização dos serviços acompanhada da falta de investimentos. Havendo uma maior oferta de órgãos, o governo terá que se aparelhar para receber estes órgãos.

— Hoje, como a maioria das pessoas não se posiciona claramente sobre a doação de órgãos, a responsabilidade acaba sendo da família do morto. É uma decisão traumática, que é cobrada em um momento de dor. Com o novo projeto, que transforma todos os brasileiros em doadores presumidos, como garantir que as famílias que resisitirem à doação serão respeitadas?

— Na prática, eu não acredito que algum centro de transplantes, mesmo com a nova lei funcionando, vá retirar órgãos de um corpo contra a vontade da família. O que vai haver é mais um mecanismo de convencimento. Os próprios médicos ainda não estão suficientemente alertados, nas grandes UTIs, nos grandes hospitais, para saber como proceder e a quem procurar para um transplante. Por isto, o processo determina que cada estado vai ter que montar uma central de cadastramento e distribuição de órgãos. A lei também exige a criação de uma lista única de espera por trans-

plantes em cada Estado. Isto é para evitar que alguém use o poder ou o dinheiro para passar na frente dos outros.

— Existe uma expectativa de quando o Brasil vai começar a sentir os efeitos da nova lei e qual será o aumento no número de transplantes?

— Eu já disse que a lei não é mágica e que a falta de órgãos não é o único problema para a crise dos transplantes no Brasil. Há sérios problemas de estruturação dos serviços e conscientização da população. O projeto teve o mérito de lançar uma grande discussão e trazer para a agenda uma questão importante e que não estava sendo suficientemente discutida. Eu não tenho a pretensão de ser o dono da verdade. Tenho minhas convicções e vou defendê-las. Mas o certo é que a discussão sobre o projeto nos permite lembrar que só em São Paulo há 10 mil pessoas na fila esperando por um transplante renal.

— O projeto proíbe que famílias façam campanhas nos meios de comunicação pedindo órgãos para doentes ou mesmo dinheiro para pagar transplantes. Esta proibição não afasta as pessoas dos transplantes?

— Nós adotamos esta proibição baseados na legislação francesa, porque achamos que este tipo de campanha é um constrangimento sobre a população. Há poucos dias, discutindo com médicos do Rio Grande do Sul, soube que uma destas campanhas se transformou em briga jurídica. A pessoa que era alvo da campanha está muito doente e não pode mais fazer o transplante. Os familiares estão brigando na justiça para ver quem fica com o dinheiro arrecadado. O projeto também proíbe a publicidade de clínicas e centros de transplantes. Para que não surjam anúncios do tipo "temos órgãos".

— O senhor é doador?

— Eu nunca fiz, eu não. Agora, com a nova lei passo a ser. Não tenho nenhum poder. Nenhum tipo de sentimento de resguardar o corpo depois da morte. Claro que isto fica a critério de cada um, mas eu acho que nós perdemos até o direito de falar em igualdade, justiça social, fraternidade, se nós não formos capazes de abdicar do corpo que já não tem nenhuma finalidade e vai se deteriorar organicamente.

— No debate sobre o projeto, os senadores foram obrigados a deixar de lado as questões partidárias e se expor em um debate que é basicamente ético e de consciência. Foi fácil mudar o tom do debate?

— Estes temas são polêmicos e durante muito tempo foram tangenciados, não foram encarados pelo Legislativo. A pressão dos fatos está fazendo o Legislativo enfrentar estas questões. Eu reconheço que elas são incômodas, mas temos que enfrentá-las. Neste ponto, acho que há uma dívida da mídia com a sociedade. A mídia tende a concentrar sua atenção no jogo político e deixa de lado temas como este,

que tem a maior importância para a vida das pessoas. A imprensa prefere o jogo político do cotidiano, em que Beltrano que ser isto, Fulano quer ser aquilo, o governo tem seus interesses. Isto de certa forma desmerece o Congresso. É claro que temos defeitos, mas é preciso reconhecer que muitos temas importantes estão vindo à tona. Veja que não foi uma questão ideológica ou de governo. Foi uma questão de consciência.

— Para preparar seu relatório, o senhor teve conhecimento da situação dos pacientes à espera de transplantes. Alguma coisa neste mundo foi decisiva para formar sua opinião?

— Foi o caso de um rapaz carioca, o Luiz Fernando. Quando o Senado aprovou a primeira versão do projeto, ele veio aqui se manifestar e suspendeu as sessões de hemodiálise. Eu disse para ele que o protesto era importante e sensibilizava os senadores, mas fiz um apelo para que ele voltasse à hemodiálise, porque corria risco de vida. Ele me respondeu que preferia continuar o protesto, porque na situação em que ele estava vivendo valia mais a pena arriscar a morte para tentar uma solução do que continuar. Este depoimento mostra a baixa qualidade de vida de um paciente renal. A hemodiálise é muito importante, porque dá uma sobrevida e permite que as pessoas se preparem para o transplante. Mas ele não tem qualidade de vida e 70% das pessoas que hoje estão fazendo hemodiálise poderiam ser curadas por transplantes. A má qualidade de vida afeta a família, tira o emprego, a dignidade do doente.

— A tragédia de Caruaru, onde morreram dezenas de pacientes vítimas de contaminação na hemodiálise foi importante para acelerar o debate sobre o projeto?

— Foi fundamental, porque causou uma comoção no país e o Congresso é sensível a este tipo de coisa. Depois, houve protestos na esplanada dos Ministérios, cruzes fincadas nos jardins do Congresso. É claro que isto mobiliza.

— Mas são necessárias tragédias para sensibilizar a sociedade e os políticos?

— No Brasil nós corremos o risco de banalizar a morte. Crianças continuam morrendo como moscas e isto muitas vezes não sensibiliza as pessoas. São números e nada mais. A tragédia pessoal tem uma carga emocional muito grande, que faz com que os políticos se toquem do que está acontecendo.

— O senhor acredita que o projeto será sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso?

— Eu já tive um contato com a assessoria do presidente e estou à disposição para qualquer discussão. Tenho certeza que o presidente quer a melhor lei possível, uma lei que atenda os anseios da sociedade.

Doação

Acho que perderemos o direito de falar em igualdade, justiça e fraternidade, se não formos capazes de abdicar do corpo, que vai se deteriorar organicamente

Caruaru

Houve uma grande comoção no país, protestos na Esplanada dos Ministérios, cruzes fincadas nos jardins do Congresso. É claro que isso mobiliza

Sanção

Tenho certeza que o presidente quer a melhor lei possível, uma lei que atenda aos anseios da sociedade